

PUBLICIDADE LEGAL

ATOS DE CISÃO PARCIAL DA ASSOCIAÇÃO DE LITERATURA E BENEFICÊNCIA E CONSEQUENTE INCORPORAÇÃO PELO INSTITUTO DAS FILHAS DO SAGRADO CORAÇÃO DE JESUS - IFSCJ-PNSA.

A ASSOCIAÇÃO DE LITERATURA E BENEFICÊNCIA, associação civil, de fins não econômicos, com sede na Rua Padre Alois Kades SJ, nº 531, Bairro Vila Ipiranga, município de Porto Alegre/RS – CEP 91.360-170, inscrita no CNPJ-MF sob nº 92.962.869/0001-35, doravante simplesmente denominada "ASLB" e/ou "CINDIDA" e o INSTITUTO DAS FILHAS DO SAGRADO CORAÇÃO DE JESUS – IFSCJ - PNSA, organização religiosa, com sede na Rua Dr. Dário de Bittencourt, nº 32, Bairro Vila Ipiranga, município de Porto Alegre/RS – CEP 91.360-390, inscrito no CNPJ-MF sob nº 94.958.089/0001-47, doravante simplesmente denominado IFSCJ-PNSA e/ou "INCORPORADORA" informam a CISÃO PARCIAL DO PATRIMÔNIO DA ASLB com consequente reversão por incorporação para o IFSCJ-PNSA. As entidades, ASLB e IFSCJ-PNSA, conjuntamente denominadas simplesmente "PARTES", representadas legalmente por: Rozângela de Souza Donini, brasileira, solteira, religiosa, portadora da cédula de Identidade nº 1033956903 SSP/RS e CPF 569.568.940-68, com domicílio na Rua Padre Alois Kades SJ, nº 531, Bairro Vila Ipiranga, município de Porto Alegre/RS – CEP 91.360-170 (ASLB) e, Vera Maria Richter, brasileira, solteira, religiosa, portadora da cédula de Identidade nº 4064573738 PC/RS e CPF 933.513.130-04, com domicílio na Rua Dr. Dário de Bittencourt, nº 32, Bairro Vila Ipiranga, município de Porto Alegre/RS – CEP 91.360-390 (IFSCJ-PNSA), declaram que: (I) o laudo pericial foi elaborado sob a responsabilidade da FACTUM AVALIAÇÕES E CONSULTORIA S/S, sociedade com sede na Rua Vasco da Gama, nº 720, Conj. 401, Bairro Rio Branco, CEP 90.420-110, Porto Alegre/RS, registrada no CNPJ-MF sob nº 08.272.086/0001-13 e CREARS sob nº 149.214, neste ato representada por seu sócio João Paulo Mynarski Silveira, brasileiro, casado, engenheiro civil, CPF 945.258.540-49, inscrito no CREARS sob nº 139.473, domiciliado na Rua Vasco da Gama, nº 720, Conj. 401, Bairro Rio Branco, CEP 90.420-110, Porto Alegre/RS e por João Batista Alves Wecki, contador, brasileiro, divorciado, inscrito no CRC/RS sob nº 65.851/O-7, CPF 364.415.890/87, domiciliado na Rua Joaquim Cruz, nº 521, Bairro Santo Antônio, Porto Alegre/RS – CEP 90.660-300, de acordo com as práticas contábeis e legislação adotadas no Brasil, sendo apresentados, dentre outros, de acordo com o Comunicado Técnico CTG 2002, de 22 de novembro de 2018, aprovado pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), Código Civil Brasileiro e pela Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976; (II) constam do protocolo e justificação, as condições da operação de cisão parcial e consequente incorporação, bem como os motivos da operação, com destaque para a reorganização institucional interna da ASLB, o desejo das associadas de perpetuarem o fundamento missionário e permanecerem fiéis às orientações da Igreja Católica Apostólica Romana que pede, ao mesmo tempo, uma volta à inspiração original dos Fundadores e uma adaptação às condições atuais da vida religiosa e da ação apostólica e, consequente fortalecimento do IFSCJ-PNSA, ligado à Congregação das Filhas do Sagrado Coração de Jesus fundada em 8 de fevereiro de 1831, na cidade de Bérgamo, Itália, por Teresa Verzeri e monsenhor Giuseppe Benaglio, que deram vida à Congregação das Filhas do Sagrado Coração de Jesus, um Instituto autônomo e de Direito Pontifício, com suas Constituições reconhecidas por Decreto da Sagrada Congregação dos Religiosos e Institutos Seculares e firmadas em Roma, no ano de 1847; (III) os membros das PARTES, em suas respectivas assembleias gerais extraordinárias, datadas de 25 de agosto de 2023, analisaram, deliberaram e aprovaram os respectivos atos e (IV) ainda, que o protocolo, justificação, atas, documentos complementares e, especialmente, o laudo pericial, cujo respectivo apêndice, no qual consta o balanço patrimonial foram devidamente registrados no cartório pertinente, a saber: 1º Serviço de Registro Civil das Pessoas Jurídicas de Porto Alegre/RS, no Livro A-93 de Protocolo, sob o nº de ordem 1787130 e devidamente averbado sob o nº Av. 177 do registro 5069, às folhas 298 f, do Livro A-419, em 28 de setembro de 2023; Livro A-93 de Protocolo, sob o nº de ordem 1787131 e devidamente averbado sob o nº Av. 178 do registro 5069, às folhas 1 f, do Livro A-420, em 28 de setembro de 2023; Livro A-93 de Protocolo, sob o nº de ordem 1787132 e devidamente averbado sob o nº Av. 2 do registro 16657, às folhas 281 v, do Livro A-419, em 27 de setembro de 2023. Porto Alegre, RS, 28 de dezembro de 2023. Rozângela de Souza Donini - Representante legal da ASLB. Vera Maria Richter - Representante legal do IFSCJ-PNSA. João Paulo Mynarski Silveira e João Batista Alves Wecki - FACTUM AVALIAÇÕES E CONSULTORIA S/S.

ASSOCIAÇÃO DE LITERATURA E BENEFICÊNCIA (ASLB) - CNPJ nº 92.962.869/0001-35 - Data-Base – 31 de julho de 2023							
BALANÇO CONTÁBIL							
	Saldo antes Cisão	Patrimônio Cindido	Saldo após Cisão		Saldo antes Cisão	Patrimônio Cindido	Saldo após Cisão
ATIVO	64.906.850,31	-17.135.256,68	47.771.593,63	PASSIVO	64.906.850,31	- 17.135.256,68	47.771.593,63
Ativo Circulante	29.407.424,95	-	29.407.424,95	Passivo Circulante	27.770.508,28	-	27.770.508,28
Caixa e Equivalentes de Caixa	12.383.145,03	-	12.383.145,03	Empréstimos e Financiamentos	2.107.184,32	-	2.107.184,32
Créditos	16.155.837,78	-	16.155.837,78	Fornecedores	3.379.010,58	-	3.379.010,58
Créditos Hospitalares	7.078.466,40	-	7.078.466,40	Obrigações Trabalhistas	6.302.670,71	-	6.302.670,71
Créditos Educacionais	1.579.827,70	-	1.579.827,70	Honorários Médicos a Pagar	3.641.930,09	-	3.641.930,09
Outros Créditos	9.635.823,37	-	9.635.823,37	Obrigações Fiscais e Sociais	758.215,83	-	758.215,83
Adiantamentos	768.284,72	-	768.284,72	Receitas Antecipadas	1.592.473,35	-	1.592.473,35
(-) Provisão Devedores Duvidosos	-2.906.564,41	-	-2.906.564,41	Projetos a Realizar	2.181.524,66	-	2.181.524,66
Estoques	827.801,28	-	827.801,28	Outras Obrigações	7.807.498,74	-	7.807.498,74
Despesas Antecipadas	40.640,86	-	40.640,86	Não Circulante	7.773.917,70	-	7.773.917,70
				Empréstimos e Financiamentos	1.186.982,95	-	1.186.982,95
Não Circulante	35.499.425,36	-17.135.256,68	18.364.168,68	Fornecedores	515.998,20	-	515.998,20
Realizável Longo Prazo	480.341,92	-	480.341,92	Subvenções Governamentais	3.469.737,81	-	3.469.737,81
Depósitos Judiciais	39.520,19	-	39.520,19	Bens em Comodato	1.015.632,21	-	1.015.632,21
Outros Créditos	440.821,73	-	440.821,73	Provisão para Contingências	1.585.566,53	-	1.585.566,53
Investimentos	1.361.323,20	-	1.361.323,20	Patrimônio Líquido	29.362.424,33	-17.135.256,68	12.227.167,65
Imobilizado	33.627.281,08	-17.135.256,68	16.492.024,40	Patrimônio Social	29.156.037,27	-17.135.256,68	12.020.780,59
Intangível	30.479,16	-	30.479,16	Superávit do período	206.387,06	-	206.387,06

Este Apêndice é parte integrante e inseparável do laudo de avaliação do patrimônio líquido da ASSOCIAÇÃO DE LITERATURA E BENEFICÊNCIA (ASLB), depois da cisão parcial, apurado por meio dos livros contábeis, na data-base de 31 de julho de 2023. FACTUM AVALIAÇÕES E CONSULTORIA S/S - CREARS nº 149.214.

PUBLICIDADE LEGAL TEM DATA CERTA PARA SER PUBLICADA!

O JC possui um portal específico que oferece praticidade e segurança para as publicações legais. Todas as publicações são certificadas digitalmente, respeitando integralmente as regras e normas estabelecidas por lei. Entre em contato para fazer um orçamento e conhecer melhor nosso produto.

- ✉ agencias@jornaldocomercio.com.br
- ✉ comercial@jornaldocomercio.com.br
- ☎ (51) 3213-1333 / 3213-1338
- 📞 (51) 9 9649-0062

Jornal do Comércio
O Jornal de economia e negócios do RS



*Escaneie o QR Code para ter acesso ao portal de publicidade legal do JC

PUBLICIDADE LEGAL

BE8 S/A
 CNPJ/MF nº 07.322.382/0001-19 - NIRE nº 4330004713-0

Ata de Reunião do Conselho de Administração Realizada em 16 de Novembro de 2023 - Ata nº 146

1. Data, Hora e Local: No dia 16 de novembro de 2023, às 08h, na sede social da Be8 S/A ("Companhia"), na Br 285, Km 294, s/nº, Bairro Petrópolis, CEP: 99050-700 em Passo Fundo, RS e através da plataforma digital Zoom para aqueles que não puderam participar presencialmente. **2. Convocação e Presença:** Dispensadas as formalidades de convocação da presente reunião, em razão da presença da totalidade dos membros do Conselho de Administração, nos termos do Artigo 25, §4º do Estatuto Social da Companhia. **3. Mesa:** Os trabalhos foram presididos pelo Francisco Sérgio Turra e secretariados pela Sra. Catherine Katusca Costa. **4. Ordem do Dia:** Deliberar sobre: (i) Reconhecer a renúncia do Diretor Administrativo. **5. Deliberações:** Os membros do Conselho de Administração tomaram conhecimento e aprovaram por unanimidade, sem quaisquer ressalvas, o pedido de renúncia apresentado no dia 16/11/2023 pelo Diretor da Companhia, o Senhor **Marciano Schorr**, brasileiro, administrador de empresas, casado, inscrito no CPF sob o nº 686.478.40020, portador do RG nº 1054995673 (SSP/RS), residente e domiciliado na Rua Capitão Eleutério, nº 906/1201, Centro, Passo Fundo/RS, CEP 99010060, investido em 12/02/2021, ao cargo de Diretor Administrativo da Companhia, na forma do termo de renúncia que constitui o **Anexo I** da presente Ata. O Conselho de Administração decide manter temporariamente o cargo vago, devendo as funções do Diretor Administrativo serem exercidas conforme regra de vacância prevista no Estatuto Social da Companhia. **6. Encerramento:** O Sr. Francisco Turra ofereceu a palavra a quem dela quisesse fazer uso e, não havendo manifestação, deu por encerrada a Reunião do Conselho, da qual se lavrou a presente ata em forma de sumário dos fatos ocorridos, que, depois lida e aprovada, foi assinada pelos membros da mesa e pelos conselheiros presentes. Todas as manifestações escritas, por correio eletrônico, relativas à ata e com as manifestações dos conselheiros são arquivadas na sede da Companhia, para fins do atendimento do § 2º do Artigo 25 do Estatuto Social. Declaramos que a presente ata é cópia fiel da ata lavrada no livro próprio da Companhia. Passo Fundo (RS), 16 de novembro de 2023. **Mesa:** Francisco Sérgio Turra - Presidente; Catherine Katusca Costa - Secretária. **Junta Comercial, Industrial e Serviços do Rio Grande do Sul** - Certificado registro sob o nº 9481047 em 11/12/2023 da Empresa BE8 S.A., CNPJ 07322382000119 e protocolo 234574313 - 04/12/2023. José Tadeu Jacoby - Secretário-Geral.

BAIXE O
APP JC

DISPONÍVEL NO Google play

DISPONÍVEL NA App Store

ÚLTIMAS NOTÍCIAS E VERSÃO PARA FOLHEAR!



COTRIJUI – COOPERATIVA AGROPECUÁRIA & INDUSTRIAL – EM LIQUIDAÇÃO

CNPJ 90.726.506/0001-75 - NIRE 4340000321

Rua das Chácaras, 1513 – 98.700-000 - IJUI- RS

CONSIDERAÇÕES INICIAIS

À Brizola e Japur Administração Judicial
COTRIJUI – Cooperativa Agropecuária & Industrial – Em Liquidação
Ijuí - Rio Grande do Sul

1. Considerações Iniciais

Após preparar as Demonstrações Contábeis Individuais da COTRIJUI - Cooperativa Agropecuária & Industrial ("COOPERATIVA") em 31 de dezembro de 2022 que compreendem o Balanço Patrimonial, a Demonstração de Resultado, a Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido, a Demonstração do Fluxo de Caixa, e as Demonstrações Contábeis Consolidadas da COTRIJUI em 31 de dezembro de 2022 que compreendem o Balanço Patrimonial e a Demonstração de Resultado, assim como o resumo das Principais Práticas Contábeis e demais Notas Explicativas, apresentam-se comentários quanto às circunstâncias nas quais as referidas demonstrações foram preparadas, de modo a evidenciar as principais limitações que a administração da COOPERATIVA enfrentou, especialmente em função de questões que envolvem a relação custo/benefício na realização de levantamentos de valores e estimativas contábeis em conexão com a histórica falta de investimento em controles internos automatizados.

A ponderação da relação de custo/benefício tem especial importância no cenário de liquidação no qual a COOPERATIVA se insere. Nesse cenário, eventuais esforços devem ser ponderados em função de que o seu custo concorre para diminuir o valor dos ativos que estarão disponíveis para fazer frente às dívidas da COOPERATIVA. Assim, as principais limitações são também listadas no âmbito das notas explicativas às demonstrações contábeis da COOPERATIVA para o ano calendário 2022.

1.1. Responsabilidade da Administração sobre as Demonstrações Contábeis

A Administração da COOPERATIVA é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis individuais, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (Normas Brasileiras de Contabilidade, emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC), e das demonstrações contábeis consolidadas de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board - IASB*, reconhecidas no Brasil por meio dos Pronunciamentos técnicos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC. A Administração também é responsável pelos controles internos que ela determinou como necessários e suficientes para permitir a elaboração dessas demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Ainda no que tange à responsabilidade da atual Administração, importa destacar que decorre de nomeação judicial datada de 29 de janeiro de 2018, de tal modo que os atos de gestão praticados anteriormente a esta data, assim como a preparação de informações anteriores a esta data não podem ser atribuídas à Brizola & Japur. Nesse sentido, importa dizer que a partir da assunção do encargo, foi identificada e reportada situação de total desconhecimento no que diz respeito ao ambiente contábil e financeiro, com problemas de aderência às regras contábeis adotadas no Brasil, ocasionando problemas na geração de informações contábeis confiáveis. Adicionalmente, encontrou-se um ambiente de falta de integração entre sistemas financeiros e contábeis, ausência de práticas de verificação de existência e salvaguarda de ativos, tais como a realização de inventários periódicos de estoques e inventários de ativo permanente. Esse cenário é reforçado pela ausência de auditoria independente sobre as demonstrações contábeis da entidade desde o ano de 2011, combinada com o que foi reportado pelos colaboradores da COOPERATIVA quanto à precariedade de controles internos, quanto à falta de acesso por parte da contabilidade a documentos relevantes (tais como contratos de empréstimos etc.) e com o elevado nível de informalidade na condução dos negócios até então. A COOPERATIVA é uma sociedade de grande porte, a qual se aplicam as disposições da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, sobre escrituração e elaboração de demonstrações financeiras e a obrigatoriedade de auditoria independente por auditor registrado na Comissão de Valores Mobiliários. A qualificação da COOPERATIVA como sociedade de grande porte decorre do fato de que a COOPERATIVA ter ativos em montante superior a R\$ 240 milhões de reais, parâmetro definido no artigo 3º da Lei 11.638/2007.

Não obstante essa obrigação, a precariedade da estrutura de controles internos da COOPERATIVA, a qual não poderia ser sanada sem investimentos vultosos em termos de infraestrutura, sistemas de informática e aumento do quadro de funcionários, torna inviável a contratação de auditores independentes para que emitam opinião quanto à adequação das demonstrações contábeis da COOPERATIVA para os anos de 2021 e 2022, que integram o presente relatório.

1.2. Responsabilidade dos Profissionais Internos da Sociedade

A Administração é responsável pela elaboração das demonstrações contábeis de acordo com as normas brasileiras e internacionais de contabilidade. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas e que procedimentos sejam planejados e executados com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis estão livres de distorção relevante.

Desta forma, desde o início da Administração Judicial, foram selecionadas áreas de maiores

impactos, notadamente o ativo imobilizado e as propriedades para investimento, os saldos de tributos e os valores relacionados a processos nos quais a COOPERATIVA figura como réu, com o objetivo de execução de procedimentos para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações para elaboração das demonstrações contábeis. Nessa avaliação de riscos, as rotinas e atividades foram examinadas levando-se em conta os controles internos existentes. Os principais procedimentos com reflexos contábeis que iniciaram em 2019 e avançaram significativamente são os seguintes:

- Trabalho de identificação documental e de existência física, combinado com avaliação a valor de mercado de terrenos, benfeitorias e máquinas e equipamentos da COOPERATIVA e controladas, conforme descrito na nota explicativa 6.10.
- Reestruturação e melhoria no processo de mensuração dos custos das mercadorias vendidas (CMV) da controlada Redecop.
- Alteração da apresentação nas demonstrações contábeis de valores que compõem a lista de credores da COOPERATIVA. Nesse sentido, a apresentação passou a adotar a separação dos créditos em classes conforme ordem da Lei nº 11.101/2005, adotada por analogia. Esse procedimento incluiu a conciliação dos valores constantes de fontes externas, tais como posições emitidas pelos advogados da COOPERATIVA, bem como a posição de endividamento tributário obtido a partir da Receita Federal do Brasil, Procuradoria Geral da Fazenda Nacional e Secretaria da Fazenda do Estado do Rio Grande do Sul.
- Conciliação das operações de securitização de dívida agrícolas (PESA) garantidas por Certificados do Tesouro Nacional (CTN).

1.3. Limitação quanto à Falta de Conciliação das Principais Contas Patrimoniais

Conforme apurado, a COOPERATIVA não dispõe de demonstrações financeiras completas (incluindo a demonstração de fluxo de caixa, as notas explicativas de detalhamento e esclarecimento quanto aos seus saldos contábeis) e finalizadas para os anos-calendário 2015, 2016 e 2017. O departamento contábil da COOPERATIVA não dispunha de conciliações dos saldos contábeis diversos, incluindo operações relativas a contas a receber e contas a pagar, apurações de tributos, entre outros.

Não obstante a ausência dessas conciliações, desde que assumiu o encargo, a Administração Judicial realizou esforços de confrontação de relatórios gerenciais referentes ao grupo de contas supra, identificando diferenças significativas entre as informações gerenciais e os balanços contábeis até 31 de dezembro de 2017. A conciliação dos saldos contábeis é de fundamental importância para a análise das demonstrações financeiras e apuração da atual situação financeira da COOPERATIVA. O Departamento Contábil, juntamente com a área financeira, vem realizando trabalho sistêmico de organização e gerenciamento das rotinas contábeis fiscais e financeiras de modo a ter mais confiabilidade em seus números, incluindo:

- Continuidade nas conciliações das contas patrimoniais dos anos anteriores;
- Tempestividade no reconhecimento das transações nos registros contábeis;
- Mapeamento permanente dos credores, com vistas à elaboração da relação oficial de credores da COOPERATIVA;
- Mapeamento permanente das contas-correntes com associados, com o objetivo de identificar valores passíveis de compensação (em casos de existência de ativos e passivos da COOPERATIVA com os mesmos associados), aguardando definições judiciais para implementação;
- Avaliação da existência física de bens do ativo imobilizado e propriedades para investimento, visando a identificação do seu valor de venda, conforme detalhado na nota 6.10, englobando a parcela mais significativa dos bens da COOPERATIVA e controladas.

1.4. Limitação quanto à Falta de Inventário Físico dos Estoques

Foi constatado após a Administração Judicial assumir o encargo que não foram realizados inventários periódicos de contagem física de estoques, sendo o último inventário geral realizado apenas em 2015, com acompanhamento dos auditores independentes, que inclusive não finalizaram seus trabalhos. Nos anos de 2016 a 2017 não foram realizados inventários, de modo que a posição física de estoques constante nos sistemas da COOPERATIVA pode não corresponder às reais quantidades que seriam identificadas em caso de contagem física. Essa situação foi agravada pelo fato de que a COOPERATIVA atua como depositária de estoques de cooperados, os quais são recebidos sob a condição de fixação de preço posterior, só os adquirindo efetivamente quando ocorre evento de liquidação financeira. A ausência de controles efetivos de estoque, especialmente nos casos em que a COOPERATIVA tem estoques próprios e estoque de terceiros em seu poder, leva a um risco exponencial de desvios de estoques e de eventual negociação de estoques que ainda não são de sua propriedade. Identificados saldos negativos de estoques nos controles da COOPERATIVA, o que sugere: (a) a ocorrência de vendas de estoques de terceiros em depósito, os quais ainda não eram de sua propriedade; ou (b) registro incompleto e intempestivo de compras de estoques. Para valoração dos estoques para o ano de 2017 e apresentados nesta demonstração financeira, foi utilizado preço de mercado dos grãos constantes do sistema da COOPERATIVA. Com isso, foi possível trazer o estoque a preço de mercado, mas sem garantias de quantidades físicas. Já no que se refere ao ano de 2018, em fevereiro foram contratados técnicos especializados da EMATER para que realizassem um procedimento de cubagem e chegassem

a um nível de inventário confiável. O relatório da EMATER apontou diferença a menor da ordem de 21% dos níveis de cubagem em relação aos saldos registrados nos controles de estoque da COOPERATIVA.

Tendo em vista a ausência de pressuposto de continuidade da operação de comercialização de grãos da COOPERATIVA, a Administração Judicial iniciou o processo de devolução dos grãos depositados a seus associados. Dessa forma, todos os estoques relevantes foram vendidos no curso do ano-calendário 2018, tornando desnecessária a realização de inventário de grãos em 31 de dezembro de 2018. Esse processo resultou em saldos de valores devidos a associados decorrentes da obrigação de restituição de grãos dos quais a COOPERATIVA era depositária. Esses saldos estão identificados na nota explicativa 6.17.

2. Quadro de Credores - Resumo

Em virtude da ausência de pressuposto de continuidade da COOPERATIVA, nos termos a seguir dispostos no item 5.1 deste documento, a Administração elaborou quadro preliminar de credores. Vale lembrar que a Lei nº 5.764/1.971 não dispõe de regramento pertinente à classificação de credores. Por conseguinte, não obstante o tema deva ser objeto de deliberação judicial em definitivo, a Administração lançou mão, de forma provisória e por analogia, das classes previstas na Lei nº 11.101/05, o que encontra respaldo na sentença proferida no processo nº 5000861-90.2020.8.21.0016.

Abaixo apresentamos o resumo do quadro de credores contemplando os débitos tanto da COOPERATIVA, quanto de suas controladas, elaborado com base em sua situação na data de 31 de dezembro de 2022.

Contas	Cotrijui	Redecop	Cotriexport	Total
ME/EPP - Cível	184.094	0	0	184.094
ME/EPP - Fornecedores	1.540.587	0	0	1.540.587
Quirografários - Associados	155.219.628	0	0	155.219.628
Quirografários - Cível	164.569.896	0	0	164.569.896
Quirografários - Dívida Bancária	474.529.230	0	0	474.529.230
Quirografários - Fornecedores	115.116.912	0	0	115.116.912
Restituição - Associados	49.941.253	0	0	49.941.253
Trabalhista	77.064.869	3.324.906	0	80.389.774
Trabalhista (Honor. Cível)	406.984	0	0	406.984
Trabalhista (Honor. Div. Bancária)	28.627	0	0	28.627
Trabalhista (Honor. Processos)	22.006.496	0	0	22.006.496
Tributários Estadual	116.461.420	8.557.263	0	125.018.684
Tributários Municipal	1.114.264	409	0	1.114.673
Tributários PGFN	1.163.536.573	38.238.534	0	1.201.775.106
Total	2.341.720.833	50.121.111	0	2.391.841.945

Destaque-se que, conforme o disposto nos arts. 83 e 124 da Lei nº 11.101/2005, os juros vencidos após a decretação de falência são os últimos a serem pagos e não serão exigidos se o ativo apurado não bastar para o pagamento dos credores subordinados. Desta forma, a administração da COOPERATIVA optou pela não reclassificação para o grupo contábil "Lista de Credores" os juros calculados após a data de decretação da liquidação / falência.

Ressalta-se que, na composição dos valores apresentados no quadro acima, foram considerados apenas os valores classificados pelos advogados da COOPERATIVA como líquidos, decorrentes de causas com condenação definitiva. Desta forma, não fazem parte da relação acima os valores incertos, que ainda são objeto de discussão judicial e, por isso, são reputados ilíquidos. Esses valores não líquidos são contabilizados como provisões no Balanço Patrimonial da COOPERATIVA quando a opinião dos advogados da COOPERATIVA é de que o prognóstico de perda da ação correspondente é provável, sendo objeto de nota explicativa quando o prognóstico de perda é apenas possível, e não provável.

Os valores acima serviram de base para a relação de credores publicada na forma de edital no processo nº 5000861-90.2020.8.21.0016, dando início à fase extrajudicial de verificação de créditos por parte da Administração Judicial, nos moldes do procedimento estabelecido pela Lei nº 11.101/2005. Entre a publicação na forma editalícia e a finalização das demonstrações contábeis, foram promovidos ajustes nos valores das dívidas na lista de credores, os quais foram considerados na lista que constou no passivo das demonstrações contábeis da COOPERATIVA. No curso da fase de verificação de créditos, é possível que surjam dívidas até então não consideradas nas demonstrações contábeis da COOPERATIVA, bem como ocorra a atualização do valor das dívidas (incluindo reduções ou aumentos de valor). Caso essas alterações ocorram, serão consideradas nas demonstrações contábeis de 31 de dezembro de 2022.

3.1 BALANÇO PATRIMONIAL				3. DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS				3.2 DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO			
valores em R\$	Nota	2022	Individual 2021	valores em R\$	Nota	2022	Individual 2021	valores em R\$	Nota	2022	Individual 2021
ATIVO				PASSIVO				Demonstração de Resultado do Exercício			
Ativo Circulante				Passivo Circulante				Receita Líquida	6.20	10.863.623	9.905.860
Caixa e equivalentes de caixa	6.1	8.541.298	3.511.693	Fornecedores	6.11	2.586.835	2.964.478	Custos das Vendas e dos Serviços Prestados	6.21	0	(14.239)
Contas a Receber	6.2	1.235.269	1.434.936	Associados a Pagar	6.12	54.106.513	29.289.018	Lucro Bruto		10.863.623	9.891.641
Associados a Receber	6.3	56.161.360	49.903.453	Financiamentos Bancários	6.13	638.699.148	342.763.324	Despesas com Vendas	6.21	0	0
Adiantamento a Fornecedores	6.4	872.282	872.282	Obrigações Sociais e Trabalhistas	6.14	10.494.895	3.906.527	Despesas Gerais	6.21	(3.719.280)	(3.779.504)
Estoque	6.5	434.008	434.008	Obrigações Tributárias	6.14	59.921.628	21.958.264	Despesas Administrativas	6.21	(873.888)	(738.994)
Impostos a Recuperar	6.6	4.530.224	4.729.211	Antecipação a Pagar	6.15	1.647.982	2.792.066	Provisões		17.288	0
Outros Ativos	6.7	4.835.769	4.827.723	Provisões para Contingências	6.19	11.830.779	11.830.779	Lucro Operacional		6.323.744	5.373.143
Total do Ativo Circulante		76.410.212	65.513.306	Outros Passivos		768.344	768.344	Resultado de Equivalência Patrimonial		(3.888.365)	(2.716.941)
Ativo Não Circulante				Total do Passivo Circulante		780.056.124	416.292.999	Outros Resultados	6.22	27.148	(45.409)
Partes Relacionadas	6.16	33.158.780	33.102.957	Passivo Não Circulante				Lucro Antes do Resultado Financeiro		2.462.527	2.610.937
Depósitos Judiciais	6.8	11.951.632	12.754.539	Provisão para Perda Investimento	6.9	45.182.222	41.646.418	Receitas Financeiras		8.016.837	6.940.648
Outros Ativos LP		24.772.563	0	Partes Relacionadas	6.16	9.715.945	10.227.798	Despesas Financeiras		(214.420.440)	(387.459.650)
Investimento	6.9	3.475.397	3.075.944	Obrigações Tributárias LP	6.14	0	0	Resultado antes dos impostos		(203.941.076)	(377.908.209)
Propriedade p/Investimento	6.10	338.471.613	338.203.606	Provisão para Contingência LP	6.19	0	0	IRPJ / CSLL Correntes		0	0
Imobilizado	6.10	0	0	Lista de Credores	6.18	2.341.720.833	2.341.720.833	IRPJ / CSLL Diferidos		0	0
Intangível		0	0	Provisões	6.19	142.450.254	142.450.254	Lucro (Prejuízo) do Exercício		(203.941.076)	(377.908.209)
Total do Ativo Não Circulante		411.829.985	387.137.047	Total do Passivo Circulante		2.539.069.253	2.536.045.303				
Total do Ativo		488.240.197	452.650.353	Patrimônio Líquido							
				Capital Social		0	0				
				Reserva de Reavaliação		150.149.142	150.149.142				
				Reserva de Contingência		(7.115.658)	(7.115.658)				
				Prejuízos Acumulados		(2.973.918.663)	(2.642.721.231)				
				Total do Patrimônio Líquido		(2.830.885.180)	(2.499.687.748)				
				Total do Passivo		488.240.197	452.650.353				

3.3 DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO				
valores em R\$	Reservas de Reavaliação	Reserva de Contingência	Prejuízos acumulados	Total
Saldo em 31/12/2020	150.149.142	(7.115.658)	(2.264.574.037)	(2.121.540.554)
Ajustes de exercícios anteriores			(238.985)	(238.985)
Resultado do exercício			(377.908.209)	(377.908.209)
Saldo em 31/12/2021	150.149.142	(7.115.658)	(2.642.721.231)	(2.499.687.748)
Ajustes de exercícios anteriores			(127.256.356)	(127.256.356)
Prejuízo do exercício			(203.941.076)	(203.941.076)
Saldo em 31/12/2022	150.149.142	(7.115.658)	(2.973.918.663)	(2.830.885.180)

4. DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS				4.1 Balanço Patrimonial				4.2 Demonstração de Resultado do Exercício			
valores em R\$	Nota	2022	Consolidado 2021	valores em R\$	Nota	2022	Consolidado 2021	valores em R\$	Nota	2022	Consolidado 2021
Balanço Patrimonial				PASSIVO				Demonstração de Resultado do Exercício			
Ativo Circulante				Passivo Circulante				Receita Líquida	6.20	103.175.530	92.071.486
Caixa e equivalentes de caixa	6.1	10.630.608	6.725.168	Fornecedores	6.11	9.841.186	9.841.566	Custos das Vendas e dos Serviços Prestados	6.21	(76.518.223)	(68.176.409)
Contas a Receber	6.2	8.862.419	8.712.652	Associados a Pagar	6.12	54.106.513	29.289.018	Lucro Bruto		26.657.307	23.895.077
Associados a Receber	6.3	56.161.360	49.903.453	Financiamentos Bancários	6.12	638.699.148	342.763.324	Despesas com Vendas	6.21	(2.742.857)	(3.090.833)
Adiantamento a Fornecedores	6.4	1.120.441	756.850	Obrigações Sociais e Trabalhistas	6.13	19.283.526	9.500.392	Despesas Gerais	6.21	0	0
Estoque	6.5	9.181.957	8.569.655	Obrigações Tributárias	6.14	67.372.374	29.656.570	Despesas Administrativas	6.21	(16.720.742)	(15.878.032)
Impostos a Recuperar	6.6	4.758.663	5.151.825	Antecipação a Pagar	6.15	2.064.964	3.204.347	Provisões		17.288	0
Outros Ativos	6.7	3.497.737	3.215.111	Provisões para Contingências	6.19	12.404.999	12.404.999	Lucro Operacional		7.210.995	4.926.212
Total do Ativo Circulante		93.913.185	82.434.714	Outros Passivos		769.381	816.159	Resultado de Equivalência Patrimonial		(58.205)	0
Ativo Não Circulante				Total do Passivo Circulante		804.542.089	437.496.365	Outros Resultados	6.22	65.099	(25.511)
Partes Relacionadas	6.16	0	0	Passivo Não Circulante				Lucro Antes do Resultado Financeiro		7.217.889	4.900.701
Depósitos Judiciais	6.8	15.470.327	16.271.502	Pro							

>>>Continuação>>>



COTRIJUI – COOPERATIVA AGROPECUÁRIA & INDUSTRIAL – EM LIQUIDAÇÃO
CNPJ 90.726.506/0001-75 - NIRE 43400000321

Rua das Chácaras, 1513 – 98.700-000 - IJUI - RS

Contábeis, conforme o trecho abaixo transcrito:

"*Premissa subjacente Continuidade*
 3.9 As demonstrações contábeis são normalmente elaboradas com base na suposição de que a entidade que reporta está em continuidade operacional e continuará em operação no futuro previsível. Assim, presume-se que a entidade não tem a intenção nem a necessidade de entrar em liquidação ou deixar de negociar. Se existe essa intenção ou necessidade, as demonstrações contábeis podem ter que ser elaboradas em base diferente. Em caso afirmativo, as demonstrações contábeis descrevem a base utilizada."

Resalte-se que, em 5 de março de 2021, o Comitê de Pronunciamentos Contábeis aprovou o Pronunciamento Técnico CPC Entidades em Liquidação o qual, após sua vigência: *"deve ser adotado por toda entidade em liquidação, seja liquidação voluntária, liquidação por entidade reguladora, liquidação extrajudicial, liquidação judicial, autotfalência, falência, insolvência civil e qualquer outra forma de liquidação que lei ou regulamento venha a definir, independentemente de qual norma estava sendo seguida pela entidade antes de entrar em processo de liquidação"*.

Referida norma foi convalidada pelo Conselho Federal de Contabilidade na NBC TG 900 que produz seus efeitos em 1º de junho de 2021, sendo sua adoção permitida a partir de 1º de janeiro de 2021, a não ser em casos de exigência específica diversa, de origem regulatória ou judicial.

Tendo em vista a interposição de recursos com efeito suspensivo, as disposições do Pronunciamento Técnico CPC Entidades em Liquidação ainda não aplicáveis à COOPERATIVA por não possuir plano de liquidação aprovado com remota possibilidade de interrupção por terceiros.

Desta forma, atendo-se às normas vigentes para o exercício encerrado em 31 de dezembro de 2022, no antes mencionado Pronunciamento Técnico CPC 00 (R2) Estrutura Conceitual para Relatório Financeiro e diante da impossibilidade de aplicação plena do Pronunciamento Técnico CPC Entidades em Liquidação, a Administração utilizou seu julgamento, adaptando as práticas contábeis da COOPERATIVA às circunstâncias.

As bases de preparação resultantes do julgamento da administração da COOPERATIVA são descritas a seguir:

a) Base de mensuração

Em condições de continuidade operacional, os ativos de uma determinada entidade pode ser mensurados por critérios como custo histórico, valor de realização líquido ou valor justo, conforme o caso. A recuperabilidade dos ativos deve ser constantemente monitorada pela entidade, de modo que nos casos em que se apresentarem evidências consistentes da não recuperabilidade de determinados ativos, a entidade reconhece um ajuste no valor dos ativos respectivos.

No cenário de liquidação, a Administração entende que, conservadoramente, deve partir da premissa de que é necessária a existência de indícios claros de recuperabilidade para que um ativo seja mantido na contabilidade. Dessa forma, foram reconhecidas provisões por perda no valor de recuperabilidade no caso de ativos para os quais a Administração não conseguiu estimar com confiabilidade a probabilidade de recuperação mediante a geração de caixa pela venda, ou em último caso, pelo uso no curto prazo.

b) Mensuração de passivos onerosos

Na mensuração dos passivos da COOPERATIVA, a Administração atendeu para a existência de eventuais desembolsos referentes a custos que a COOPERATIVA poderá ter em função do término de contratos, o que pode incluir por exemplos custos pelo fechamento de estabelecimentos, custos de demissão de empregados, custos de rompimentos de contrato.

c) Ordem e forma de apresentação de passivos

Os passivos da COOPERATIVA e suas controladas que integram a lista de credores estão apresentados em função do tipo de credor, por ordem de preferência, considerando os aspectos jurídicos inerentes ao processo de liquidação.

d) Moeda funcional e moeda de apresentação

Essas demonstrações contábeis estão apresentadas em Real, que é a moeda funcional da COOPERATIVA.

e) Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações contábeis de acordo com IFRS e práticas contábeis adotadas no Brasil exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua. Os reflexos decorrentes de modificações nas estimativas contábeis são reconhecidos no período em que as estimativas são revisadas e em quaisquer períodos futuros afetados.

5.3. Principais Práticas Contábeis

As principais práticas adotadas na preparação das Demonstrações Financeiras foram as seguintes:

a) Moeda estrangeira

As transações em moeda estrangeira, que para fins dessas demonstrações contábeis são aquelas que não são realizadas na moeda local (Reais), são convertidas pela taxa de câmbio nas datas de cada transação. Ativos e passivos monetários em moeda estrangeira são convertidos para reais pela taxa de câmbio vigente na data do fechamento de cada final de mês. Os ganhos e as perdas de variação nas taxas de câmbio sobre os ativos e os passivos monetários são reconhecidos na demonstração de resultados. Ativos e passivos não monetários adquiridos ou contratados em moeda estrangeira são convertidos com base nas taxas de câmbio vigente nas datas das transações.

b) Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa abrangem saldos de caixa e disponibilidades bancárias, todos com vencimento original de três meses ou menos a partir da data da contratação, os quais são sujeitos a um risco insignificante de alteração no valor, e são utilizadas na gestão das obrigações de curto prazo.

Dentre esses saldos, inclui-se o saldo mantido em agente fiduciário (empresa de factoring) decorrente de recebimento de recursos pagos por terceiros e que ainda não haviam sido repassados à COOPERATIVA na data da elaboração de suas demonstrações financeiras.

c) Instrumentos financeiros

i) Ativos financeiros
 A COOPERATIVA não possui aplicações financeiras ou instrumentos financeiros derivativos.

ii) Empréstimos e recebíveis

Os empréstimos e recebíveis abrangem contas a receber de clientes e empréstimos com partes relacionadas. São ativos financeiros com recebimentos fixos ou calculáveis que não são cotados no mercado ativo.

Tais ativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo, acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, os empréstimos e recebíveis são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos, decrescidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável.

O valor dos empréstimos e recebíveis está ajustado para reconhecer a recuperabilidade dos referidos ativos, em função das expectativas da Administração dadas as informações disponíveis na data de emissão das demonstrações contábeis.

iii) Passivos financeiros não derivativos

Todos os passivos financeiros são reconhecidos inicialmente na data de negociação na qual a COOPERATIVA se torna parte das disposições contratuais do instrumento. Tais passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo, acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos.

A COOPERATIVA baixa um passivo financeiro quando tem suas obrigações contratuais retiradas, canceladas ou quitadas.

Em 31 de dezembro de 2021 e de 2022, os passivos financeiros não derivativos da COOPERATIVA estavam representados por empréstimos e financiamentos, fornecedores e empréstimos com partes relacionadas, todos atualizados em função das informações disponíveis na data de emissão das demonstrações contábeis, incluindo dispositivos contratuais quando foi possível a identificação dos contratos respectivos, e estimativas de atualização com base na jurisprudência aplicável nos casos em que contratos não estavam disponíveis.

d) Créditos Operacionais

Os demais recebíveis da COOPERATIVA, incluindo conta corrente com associados, foram objeto de análise de recuperabilidade (inclusive no que se refere ao prazo de recuperação), e para os casos em que não há evidência consistente de que os créditos serão recuperados, os créditos foram provisionados.

e) Estoques

Os estoques se encontram avaliados com base no preço médio de compra, líquido de impostos recuperáveis. Para os casos em que não há evidência consistente de que os estoques serão recuperados, foram eles provisionados.

f) Impostos a recuperar

Os créditos decorrentes de impostos a recuperar foram avaliados em função de expectativa de sua recuperabilidade. Nos casos em que é possível e legalmente permitida a compensação desses créditos com os débitos de natureza tributária que figuram no passivo da COOPERATIVA, e mesmo em casos em que tal compensação ocorre de ofício, os respectivos saldos contábeis são apresentados de forma compensada, sendo tais casos detalhados em nota explicativa.

Para os casos em que não há evidência consistente de que os créditos serão recuperados, a Administração reconheceu uma provisão em razão da não recuperabilidade dos créditos.

g) Ativos anteriormente tratados como de longo prazo

Dada a situação da COOPERATIVA, a Administração avalia a chance de recuperação dos ativos realizáveis a longo prazo, componentes de seu ativo não circulante. Para os casos em que não há evidência consistente de que os créditos serão recuperados, a Administração reconheceu uma provisão para não recuperabilidade dos créditos.

h) Propriedades para investimento

Propriedades para investimento são as propriedades imobiliárias mantidas para obtenção de receita de aluguel ou para valorização de capital (ou para ambos), mas não para venda no curso dos negócios, utilização na produção ou fornecimento de produtos ou serviços ou para propósitos administrativos.

As propriedades para investimento são avaliadas ao valor justo, levando em consideração as estimativas de recuperação do valor monetário dos bens por meio de venda, em função do contexto da COOPERATIVA.

O valor das propriedades para investimento da COOPERATIVA apresentado nas suas demonstrações contábeis constitui a melhor estimativa de que a Administração dispõe quanto ao valor de mercado dos referidos bens, de acordo com a opinião de perito que elaborou avaliação considerando as normas técnicas aplicáveis à avaliação.

Cabe destacar que o valor de venda apurado pelos avaliadores não necessariamente reflete, com precisão, o valor que seria obtido caso os ativos fossem colocados todos à venda, uma vez que em uma negociação de venda os preços podem sofrer alterações conforme as demandas de mercado e as circunstâncias de momento. Isso sem falar na perspectiva de alienação judicial através de leilão.

i) Participações Societárias

As participações societárias da COOPERATIVA, por meio das quais ela detém o controle direto e indireto de empresas, foram avaliadas pelo método de equivalência patrimonial, incluindo provisão para perdas quanto o patrimônio líquido das controladas for negativo.

No processo de determinação do valor do investimento, a Administração aplicou de forma consistente nas empresas controladas as mesmas práticas contábeis e bases de mensuração utilizadas nas demonstrações financeiras individuais da COOPERATIVA.

j) Imobilizado

Os itens que compõem o ativo imobilizado da COOPERATIVA e não se qualificam como propriedades para investimento são avaliados inicialmente ao custo histórico, possivelmente acompanhado de resultados de reavaliação anteriores a 31 de dezembro de 2007, quando a adoção de normas contábeis internacionais no Brasil proibiu o reconhecimento de reavaliações na contabilidade.

Os itens que compõem o ativo imobilizado da COOPERATIVA e não se qualificam como propriedades para investimento foram objeto de reconhecimento de provisão para perda no valor recuperável, em sua integralidade, tendo em vista que tais bens não serão recuperados pelo uso em atividades operacionais.

k) Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes

A Administração avaliou, tendo como base as opiniões dos advogados da COOPERATIVA, os prognósticos associados a processos administrativos e judiciais dos quais a COOPERATIVA figura no polo passivo. Passivos são reconhecidos sob a forma de provisões nos casos em que o prognóstico de perda é provável e é possível a realização de estimativa confiável do montante do desembolso esperado para liquidar a obrigação correspondente.

A COOPERATIVA, em função das normas contábeis aplicáveis, não reconhece um passivo, limitando-se a divulgar informações em notas explicativas, para os demais casos, nos quais o prognóstico de perda é apenas possível, ou quando apesar de provável, não se pode estimar com confiança o valor do desembolso necessário para liquidar a obrigação. Na identificação e mensuração de provisões, a Administração levou em consideração as opiniões emitidas pelos advogados da COOPERATIVA quanto aos prognósticos de causas em discussão administrativa e judicial e quanto à estimativa do valor da causa.

Dessa forma, as referidas provisões estão consideradas pela melhor estimativa possível tendo em vista as informações disponíveis à época da elaboração das Demonstrações Contábeis.

No mesmo sentido, a COOPERATIVA não reconhece ativos contingentes em suas demonstrações contábeis. Ativo contingente é um ativo possível que resulta de eventos passados e cuja existência será confirmada apenas pela ocorrência ou não de um ou mais eventos futuros incertos não totalmente sob controle da entidade. Os ativos contingentes são avaliados periodicamente para garantir que os desenvolvimentos sejam apropriadamente refletidos nas demonstrações contábeis.

Se for praticamente certo que ocorrerá uma entrada de benefícios econômicos, o ativo e o correspondente ganho são reconhecidos nas demonstrações contábeis do período em que ocorrer a mudança de estimativa. Se a entrada de benefícios econômicos se tornar provável, a entidade divulga o ativo contingente em nota explicativa.

l) Reconhecimento das Receitas

Todas as modalidades de vendas praticadas pela COOPERATIVA são reconhecidas no momento da transferência dos riscos e benefícios significativos de propriedade dos bens vendidos, momento que usualmente coincide com o momento da emissão da nota fiscal de venda.

A Administração optou por não aplicar os procedimentos requeridos pelo Pronunciamento Técnico CPC 48 - Instrumentos Financeiros, vigente a partir de primeiro de janeiro de 2018, e que demandaria que fosse reconhecida provisão para devedores duvidosos em momento concomitante ao reconhecimento da receita de vendas e do correspondente recebível originado, em função das expectativas estatísticas de perda, com base no histórico de transações da COOPERATIVA.

Tal decisão decorre da ponderação do custo de estimativa de tais valores, e do fato de que os recebíveis em aberto em 31 de dezembro de 2021 e de 2022 estão avaliados considerando sua expectativa de recuperabilidade, de modo que não há diferença em termos de saldos apresentados no Balanço Patrimonial e os saldos que seriam apresentados com a aplicação da referida regra.

m) Regime de Escrituração

As transações que afetaram a situação patrimonial e o resultado do exercício da COOPERATIVA foram contabilizadas com base no regime de competência, conforme requerido pelas normas contábeis aplicáveis. A aplicação desse regime implica no reconhecimento dos ingressos, dispêndios, receitas, custos e despesas quando percebidas ou incorridas, independentemente de seu recebimento ou pagamento.

n) Ajuste a Valor Presente

O ajuste a valor presente, conforme previsto na NBC TG 12 do CFC, não foi calculado em razão de que os créditos e obrigações que não se apresentam atrelados contratuamente (indexados) a algum índice de atualização, não se apresentarem significativos no contexto das demonstrações financeiras.

o) Adiantamento de Clientes

As operações de adiantamento de clientes são registradas no passivo, refletindo a obrigação referente a rendimentos recebidos antecipadamente pela COOPERATIVA. Tais transações são reconhecidas como receitas somente quando ocorre a efetiva entrega, quando também são apropriados os custos correspondentes e finalmente é possível apurar o lucro incorrido na transação correspondente.

p) Custo dos Empréstimos

Os encargos financeiros dos empréstimos e financiamentos são registrados integralmente como despesas financeiras no resultado do exercício, não havendo ocorrência de encargos financeiros vinculados aos empréstimos e financiamentos captados para a aquisição ou construção de bens do ativo imobilizado, situação que implicaria na agregação desses dispêndios financeiros aos custos dos ativos aos quais o custo de financiamento está vinculado.

q) Imposto de Renda e Contribuição Social

A existência de significativos prejuízos operacionais, incluindo presença de resultado negativo nas operações com terceiros, resultam em prejuízo fiscal nas operações da COOPERATIVA. Como não há expectativa de lucros tributáveis futuros, não é reconhecido o crédito tributário em função desses prejuízos fiscais, que poderiam ser utilizados para compensação com imposto devido caso a COOPERATIVA tivesse lucro tributável, observados os limites legais. Está sendo realizado trabalho de verificação dos prejuízos fiscais de exercícios anteriores ao início da administração judicial, para que se tenha informações confiáveis sobre o saldo total de prejuízos fiscais da COOPERATIVA e de suas controladas.

6. Quadros Analíticos

6.1. Caixa e Equivalentes de Caixa

Abaixo estão demonstrados os saldos de disponibilidades por empresa. Destaca-se que os valores não estão alocados em aplicação financeira devido à situação de constantes penhoras e bloqueios judiciais vivida. Os recursos acumulados evidenciados na tabela serão utilizados no curso do ano-calendário 2022 para liquidação de exigibilidades com confiança.

valores em R\$	Conta	Cotrijui	Redecop	Cotriexport	Total
Caixa		3.095	600.989	0	604.084
Banco		33.911	87.877	9	121.796
Agente Fiduciário		8.504.293	1.400.435	0	9.904.727
Total		8.541.298	2.089.301	9	10.630.608

6.2. Contas a Receber

Os saldos das contas abaixo representam valores a receber de Clientes não Cooperados, em função das operações da COOPERATIVA. Os referidos recebíveis foram objeto de análise por parte da Administração, quanto à sua expectativa de recuperabilidade, sendo registrada uma provisão para os créditos nos quais a liquidação não pode ser esperada com confiança.

valores em R\$	Conta	Cotrijui	Redecop	Cotriexport	Total
Duplicatas a Receber		7.497.688	5.757.531	64.384	13.319.603
(-) Depósitos a Identificar		(54.254)	(1.413)	0	(55.667)
(-) Valores em Processos		(698.613)	0	0	(698.613)
Cartões de Crédito		0	0	0	0
Carteira Digital		0	0	0	0
Cheques em Cobrança		0	1.206.016	0	1.206.016
Cheques para Fornecedores		0	676.941	0	676.941
(-) Prov. Devedores Duvidosos		(5.628.261)	(312.527)	(62.962)	(6.003.750)
Outros Valores a Receber		118.708	0	0	118.708
Total		1.235.269	7.326.547	1.422	8.568.238

6.3. Associados a Receber

Os saldos das contas abaixo representam valores a receber de cooperados, em função das operações da COOPERATIVA. Os referidos recebíveis foram objeto de análise por parte da Administração, quanto à sua expectativa de recuperabilidade, sendo registradas provisões para os créditos nos quais a liquidação não pode ser esperada com confiança.

valores em R\$	Conta	Cotrijui	Redecop	Cotriexport	Total
Conta Corrente Associados		19.461.851	0	0	19.461.851
Dívida Confessada Associados		38.189.520	0	0	38.189.520
Duplicatas de Associados		2.823.861	0	0	2.823.861
Convênio Banrisul		33.602	0	0	33.602
(-) Prov. Devedores Duvidosos		(2.823.861)	0	0	(2.823.861)
(-) Aj. Lista de Credores		(1.523.613)	0	0	(1.523.613)
Total		56.161.360	0	0	56.161.360

A "Dívida Confessada Associados" diz respeito a contratos que os associados negociaram ou até renegociaram sobre grãos, securitização, CPR-Cédula de Produtor Rural e Insumos. Em suma, trata-se de produtos comprados da COOPERATIVA e não pagos pelos adquirentes. No processo de cobrança atualmente realizado, além de ingresso na via judicial, estão sendo enviados esforços no sentido de visitar pessoalmente os associados para verificação e regularização de pagamentos.

6.4. Adiantamento a Fornecedores

Os saldos desse grupo em 31 de dezembro de 2022 apresentam a seguinte composição:

valores em R\$	Conta	Cotrijui	Redecop	Cotriexport	Total
Adiantamento a Fornecedores		672.282	448.159	0	1.120.441
Total		672.282	448.159	0	1.120.441

6.5. Estoques

Composição dos estoques no encerramento do exercício em 31 de dezembro de 2022, em valor financeiro (R\$):

valores em R\$	Conta	Cotrijui	Redecop	Cotriexport	Total
Estoques de Mercadorias		427.214	8.695.239	0	9.122.453
Mercadorias em Consignação		0	52.709	0	52.709
Mercadoria em Poder de Terc.		0	0	0	0
Estoque de Terceiros		6.794	0	0	6.794
Total		434.008	8.747.948	0	9.181.957

No curso do ano calendário 2023 será iniciado trabalho de verificação dos valores dos estoques de almoxarifado, que podem resultar na baixa de valores a ser reconhecida nas demonstrações contábeis dos próximos períodos.

6.6. Impostos a Recuperar

Quanto aos créditos de natureza tributária, apresenta-se abaixo a sua composição analítica:

valores em R\$	Conta	Cotrijui	Redecop	Cotriexport	Total
ICMS a Recuperar		59.490.514	0	0	59.490.514
(-) Redutora ICMS a Recuperar		(59.365.292)	0	0	(59.365.292)
IRRF a Recuperar		86.937	0	4.973	91.910
PIS/Cofins a Recuperar		4.078.325	46.977	172.248	4.297.550
CSRF a Recuperar		239.740	0	4.241	243.981
Total		4.530.224	46.977	181.462	4.758.663

Em relação ao PIS e a Cofins a recuperar, a COOPERATIVA está realizando a reapuração desses tributos com o objetivo de identificar eventuais ajustes no valor a recuperar, bem como preparar retificações das Declarações de apuração desses tributos (EFD-PIS/Cofins). No que diz respeito ao ICMS, a COOPERATIVA registrou por meio de Nota Fiscal de entrada um crédito no valor de R\$ 59.365.292 referente à ação judicial transitada em julgado em favor da COOPERATIVA a qual tratou da não incidência de ICMS na transferência interestadual de mercados entre filiais. Destaque que o referido crédito foi registrado com base em parecer enviado à Administração pelo procurador da COOPERATIVA na ação, Dr. Juliano Lopes Garcia (OAB/RS 61.820), no dia 16 de fevereiro de 2018, em decorrência da ação judicial número 001/11.09.0166523-5.

No entendimento da Administração Judicial, não há expectativa confiável de recuperabilidade desse ativo, uma vez que de demandaria compensações de tributos e até mesmo a serem abatidos dos débitos apurados nas operações. Ocorre que, em vista da descontinuidade das operações, não se vislumbra contrapartida para que esse crédito seja aproveitado. Dessa forma, o valor do referido crédito foi anulado pelo uso de conta redutora.

6.7. Outros Ativos - Circulante

Os saldos desse grupo em 31 de dezembro de 2021 apresentam a seguinte composição:

valores em R\$	Conta	Cotrijui	Redecop	Cotriexport	Total
Adiantamentos a Empregados		49.231	(1.505.327)	0	(1.456.095)
BSBIOS		4.758.099	0	0	4.758.099
Convênios		0	103.806	0	103.806
Seguros a Apropriar		6.677	5.015	0	11.692
Impostos a Apropriar		21.762	24.390	34.084	80.236
Aluguéis a Apropriar		0	0	0	0
Outros Ativos		0	0	0	0
Total		4.835.769	(1.372.116)	34.084	3.497.737

O crédito da BSBIOS decorre da informação dos advogados da COOPERATIVA de que os imóveis adjudicados por aquela superariam o valor devido por esta. No que diz respeito ao crédito existente em 2017 em favor da BSBIOS INDUSTRIA E COMERCIO DE BIODIESEL SUL BRASIL S/A, no valor de R\$ 14.795.000,00, seu saldo foi liquidado em razão da dívida estar sendo executada nos autos da Execução nº 016/1.14.0004944-8, onde tramita

>>> Continuação >>>



COTRIJUI – COOPERATIVA AGROPECUÁRIA & INDUSTRIAL – EM LIQUIDAÇÃO

CNPJ 90.726.506/0001-75 - NIRE 4340000321

Rua das Chácaras, 1513 – 98.700-000 - IJUI - RS

ativo imobilizado foram ajustados e estão apresentados em 31 de dezembro de 2021 pelo seu valor estimado de venda.

Ativo	Avaliação 2018	Quantidade	Avaliação 2017	Varição
Imóveis avaliados	5.438.343	15 imóveis	10.665.000	(5.226.657)
Imóveis não avaliados	111.584.694*	31 imóveis	218.826.000	(107.241.306)
Total Cotrijui	117.023.037	46 imóveis	229.491.000	(112.467.963)

* Valor estimado COTRIJUI

Ativo	Avaliação 2018	Quantidade	Avaliação 2017	Varição
Imóveis avaliados	218.395.507	72 imóveis	629.213.960	-410.818.453
Imóveis não avaliados	82.488.833*	69 imóveis	237.656.560	-155.167.727
Total Cotrijui	300.884.340	141 imóveis	R\$ 866.870.520	565.986.180

Importante referir que até o momento da preparação das demonstrações financeiras findas em 31 de dezembro de 2022 apenas 87 dos 187 imóveis de propriedade da COOPERATIVA tinham sido avaliados a valor justo. A valoração dos imóveis não avaliados em 2018 foi realizada mantendo o percentual de deflação da avaliação dos principais imóveis realizados que representavam acima dos 50% do valor total dos bens. Esse processo teve sequência em 2019, resultando na avaliação dos principais imóveis da COOPERATIVA. No total, foram localizadas e avaliadas 112 matrículas de imóveis de propriedade da COOPERATIVA e 40 matrículas imóveis da controlada Cotriexport. No processo de identificação e avaliação de imóveis, foram identificados 2 imóveis na Cotriexport e 8 imóveis COOPERATIVA cuja situação ainda se encontra sob análise da administração. Para esses bens imóveis em análise, a documentação existente e a situação de fato não permitem o reconhecimento contábil dos ativos correspondentes, em função da inexistência de controle desses bens por parte da COOPERATIVA e da Cotriexport. De acordo com o parágrafo 4.9 do Pronunciamento técnico CPC 00 (R2) – Estrutura Conceitual Para Relatório Financeiro, é requisito básico para o reconhecimento de qualquer ativo a existência de controle desse ativo por parte da entidade que apresenta suas demonstrações contábeis. Note-se que a expectativa de avaliação dos imóveis da Cotriexport, reportada nas demonstrações financeiras de 2018, não se confirmou ao término do trabalho de avaliação independente. No curso do ano-calendário 2022, a Administração Judicial manteve os esforços de identificação de documentos de propriedade de bens imóveis que serão reconhecidos na contabilidade quando a sua propriedade e controle forem efetivamente comprovados.

Conta	Cotrijui	Redecop	Cotriexport	Total
Terrenos	201.133.317	0	32.252.155	233.385.472
Prédios, Benfeit. e Instalações	90.263.780	0	3.943.683	94.207.463
Máquinas, Equip. e Utensílios	47.047.625	0	145.371	47.192.995
Outras Prop. p/Investimento	26.890	0	(439.707)	(412.816)
Total	338.471.613	0	35.901.501	374.373.114

No caso da COOPERATIVA e da controlada Cotriexport, os ativos imobilizados que não atendem à classificação como propriedades para investimentos foram objeto de registro de perda no valor recuperável, tendo em vista que esses ativos não mais serão recuperados por meio de seu valor em uso, e que não foi ainda realizada avaliação do seu valor de venda. A perda registrada é equivalente ao registro de uma depreciação antecipada do valor desses ativos, tendo em vista que há fortes dúvidas quanto à possibilidade de sua recuperação mediante venda. Não se pode descartar que esses ativos para os quais foi constituída provisão para perdas tenham seu valor revisado no futuro, em decorrência de avaliação por perito especializado. Quando essa avaliação for realizada, o valor das provisões para perdas no valor recuperado reconhecidas poderá ser revertido até o valor da provisão reconhecida.

Conta	Cotrijui	Redecop	Cotriexport	Total
Móveis e Utensílios	0	54.506	0	54.506
Máquinas e Equipamentos	0	338.397	0	338.397
Instalações	0	45.767	0	45.767
Veículos	0	(257)	0	(257)
Equipamentos de Informática	0	(4.680)	0	(4.680)
Bens em Comodato	0	276.056	0	276.056
Total	0	709.788	0	709.788

6.11. Fornecedores
A seguir apresenta-se a composição da dívida com fornecedores em 31 de dezembro de 2022. Destaca-se que os fornecedores inscritos na lista de credores tiveram seus valores reclassificados para contas específicas representativas da lista em questão.

Conta	Cotrijui	Redecop	Cotriexport	Total
Fornecedores	0	6.582.329	672.022	5.818.019
Provisão Rescis. Representantes	2.586.835	0	0	4.023.167
Total	2.586.835	6.582.329	672.022	9.841.186

6.12. Financiamentos Bancários
A seguir apresenta-se a composição do endividamento bancário em 31 de dezembro de 2022. Destaca-se que as parcelas dos débitos inscritos na lista de credores tiveram seus valores reclassificados para contas específicas representativas da lista em questão.

Conta	Cotrijui	Redecop	Cotriexport	Total
Banco do Brasil	63.524	0	0	63.524
Banrisul	23.466.357	0	0	23.466.357
Banco Econômico	82.489.902	0	0	82.489.902
Banfort	317.934.808	0	0	317.934.808
Caixa Econômica Federal	283.787.804	0	0	283.787.804
BNDES	136.402.530	0	0	136.402.530
Banco Progresso	331.983.291	0	0	331.983.291
Banco Daycoval	10.422.014	0	0	10.422.014
CCGL	68.901.168	0	0	68.901.168
FMC Química	6.111.639	0	0	6.111.639
Iharabras	6.273.147	0	0	6.273.147
Pesa	182.222.074	0	0	182.222.074
Segurizadora BB/Banrisul PGFN	126.452.268	0	0	126.452.268
(-) Reclasif. Lista de Credores	(937.811.376)	0	0	(937.811.376)
Total	638.699.148	0	0	638.699.148

Os financiamentos bancários, exceto PESA e BNDES, estão sendo atualizados pela variação do IGP-M e com juros moratórios de 1% ao mês. No ano de 2022 foram ajustados os critérios de atualização e as diferenças identificadas foram reconhecidas em ajustes de exercícios anteriores.

Considerando a legislação aplicável, parte dos débitos relativos ao PESA estão reconhecidos em como dívida junto à Procuradoria Geral da Fazenda Nacional e reconhecido no grupo de Obrigações Tributárias (nota 6.14). Até o encerramento do exercício de 2022 a instituição financeira que administra tais contratos (Banco do Brasil) não apresentou a composição atualizada no saldo financeiro desta dívida.

6.13. Obrigações Sociais e Trabalhistas
No ano de 2022, foi mantido o procedimento realizado no ano anterior, qual seja, atualização da dívida previdenciária da COOPERATIVA e da Controlada Redecop considerando a obtenção de confirmações externas junto à Receita Federal do Brasil. Como consequência, parte do valor de endividamento obtido foi reclassificado para passivos específicos que representam a lista de credores. Da mesma forma, dívidas com empregados objeto de discussão judicial nas quais há condenação definitiva foram reclassificadas para passivos específicos que representam a lista de credores. Essa reclassificação foi utilizada por meio de conta retificadora de obrigações Sociais e com pessoal, tendo em vista que a conciliação de saldos contábeis correspondentes, conforme os saldos apresentados abaixo, ainda se encontra em andamento.

Conta	Cotrijui	Redecop	Cotriexport	Total
INSS Assalariados	27.743.251	8.230.060	4.540	35.977.851
INSS Terceiros	1.090.517	0	0	1.090.517
INSS Empresa	(521.951)	(1.550.313)	0	(2.072.264)
INSS	0	30.847.616	0	30.847.616
FGTS a Recolher	9.359.756	660.237	960	10.020.953
Contribuições Sindicais	83.374	7.586	0	90.959
Funrural e SENAR	7.903.479	38.851	0	7.942.330
PIS Folha	17.607.091	0	0	17.607.091
Outras Obrigações	3.016.230	0	0	3.016.230
Salários a Pagar	27.642	460.390	1.780	489.812
13 Salário e Encargos	0	0	0	0
13 Férias e Encargos	19.942	650.364	0	670.306
Rescisões	33.679.703	1.580.100	0	35.259.803
Reclassificação Lista Credores	(89.514.139)	(32.143.540)	0	(121.657.679)
Total	10.494.895	8.781.351	7.280	19.283.526

6.14. Obrigações Tributárias

No ano de 2022, foi mantido o procedimento realizado no ano anterior, qual seja, foi realizada atualização da dívida tributária da COOPERATIVA e da Controlada Redecop considerando a obtenção de confirmações externas junto à Receita Federal do Brasil e à Secretaria da Fazenda do Estado do Rio Grande do Sul. Como consequência, parte do valor de endividamento obtido com as referidas autoridades fazendárias foi reclassificado para passivos específicos que representam a lista de credores. Essa reclassificação foi utilizada por meio de conta retificadora de obrigações tributárias, tendo em vista que a conciliação de saldos contábeis correspondentes, conforme os saldos apresentados abaixo, ainda se encontra em andamento.

Conta	Cotrijui	Redecop	Cotriexport	Total
Passivo Circulante	59.921.628	7.450.745	0	67.372.374
ICMS	97.179.358	778.985	0	97.958.343
IRRF	9.060.905	32.805	0	9.093.709
PIS / Cofins	145.551	5.976.106	0	6.121.657
ISSQN	83.545	516	0	84.061
CSRF	1.247.591	9.038	0	1.256.629
Provisões IRPJ CSLL	7.115.658	0	0	7.115.658
Outros Tributos	280.657	1.858.884	0	2.139.541
Divida Ativa - IRF	11.969.581	0	0	11.969.581
Divida Ativa - Contribuição Social	133.287	0	0	133.287
Divida Ativa - Crédito Rural STN	68.826.986	0	0	68.826.986
Divida Ativa - PESA e Securitização	240.978.731	0	0	240.978.731
Divida Ativa - Funnrural	394.145.556	0	0	394.145.556
Divida Ativa - CSRF	1.003.430	0	0	1.003.430
Divida Ativa - INSS	160.856.550	0	0	160.856.550
Divida Ativa - IRPJ	8.936.738	0	0	8.936.738
Divida Ativa - PIS / Cofins	78.693.746	0	0	78.693.746
Divida Ativa - Outros Tributos	17.093.013	0	0	17.093.013
(-) Reclassificação Lista de Credores	(1.037.829.254)	(1.205.588)	0	(1.039.034.842)
Passivo Não Circulante	0	360.831	0	360.831
PIS / Cofins	0	3.639.738	0	3.639.738
(-) Reclassificação Lista de Credores	0	(3.278.907)	0	(3.278.907)
Total	59.921.628	7.811.577	0	67.733.205

6.15. Antecipação de Clientes

Representam valores recebidos antecipadamente de clientes, especialmente em função de arrendamento de bens imóveis. Esses valores são apropriados ao resultado do exercício da COOPERATIVA conforme o regime de competência. A seguir apresenta-se a composição das antecipações de clientes em 31 de dezembro de 2022.

Conta	Cotrijui	Redecop	Cotriexport	Total
Antecipações de Clientes	19.776.709	6.352	410.630	20.193.690
(-) Proc. Julgados - Ant. Clientes	(18.128.726)	0	0	(18.128.726)
Total	1.647.982	6.352	410.630	2.064.964

6.16. Partes Relacionadas

Os saldos desse grupo em 31 de dezembro de 2022 apresentam a seguinte composição, considerando inclusive os efeitos de consolidação dos valores:

Conta	Cotrijui	Redecop	Cotriexport	Total
Partes Relacionadas Ativo	33.158.780	8.902.592	349.443	42.410.815
Cotriexport	33.158.780	(349.443)	0	32.809.337
Cotrijui	0	9.252.035	0	9.252.035
Redecop	0	0	349.443	349.443
Partes Relacionadas Passivo	9.715.945	0	33.158.780	42.874.725
Redecop	9.252.035	0	0	9.252.035
Transcooper	463.910	0	0	463.910
Cotrijui	0	0	33.158.780	33.158.780
Total	23.442.836	8.902.592	(32.809.337)	(463.910)
(-) Eliminação	(23.906.746)	(8.902.592)	32.809.337	0
Saldo Ativo (Passivo)	(463.910)	0	0	(463.910)

6.17. Outros Passivos

Os saldos desse grupo em 31 de dezembro de 2022 apresentam a seguinte composição:

Conta	Cotrijui	Redecop	Cotriexport	Total
Aluguéis e Outras Despesas	0	1.037	0	1.037
Produtos Agrícolas e Insumos	768.344	0	0	768.344
Total	768.344	1.037	0	769.381

6.18. Lista de Credores

No ano-calendário de 2019, procedeu-se trabalhos de determinação da lista completa de credores da COOPERATIVA e de suas controladas. Esses trabalhos contemplaram a obtenção de posição atualizada pelos advogados da COOPERATIVA com relação às demandas judiciais das quais a COOPERATIVA e suas controladas figuram como ré, bem como por atualização de valores obtidos por meio de consulta aos sistemas da Receita Federal do Brasil e da Secretaria da Fazenda do estado do Rio Grande do Sul. As demonstrações contábeis encerradas em 31 de dezembro de 2022 apresentam os valores incluídos na lista de credores de forma destacada. Compõem a lista de credores apenas os valores classificados como líquidos, de acordo com o entendimento dos advogados da empresa.

Os valores incertos os quais ainda são objeto de discussão judicial, são contabilizados como provisões no Balanço Patrimonial da COOPERATIVA, quando a opinião dos advogados da COOPERATIVA é de que o prognóstico de perda da ação correspondente é possível. Os quadros a seguir contemplam a posição reportada em 31 de dezembro de 2022:

Conta	Cotrijui	Redecop	Cotriexport	Total
ME/EPP - Cível	184.094	0	0	184.094
ME/EPP - Fornecedores	1.540.587	0	0	1.540.587
Quirografários - Associados	155.219.628	0	0	155.219.628
Quirografários - Cível	164.569.896	0	0	164.569.896
Quirografários - Divida Bancária	474.529.230	0	0	474.529.230
Quirografários - Fornecedores	115.116.912	0	0	115.116.912
Restituição - Associados	49.941.253	0	0	49.941.253
Trabalhista	77.064.869	3.324.906	0	80.389.774
Trabalhista (Honor. Cível)	406.984	0	0	406.984
Trabalhista (Honor. Div. Bancária)	28.627	0	0	28.627
Trabalhista (Honorários Processos)	22.006.496	0	0	22.006.496
Tributários Estadual	116.461.420	8.557.263	0	125.018.684
Tributários Municipal	1.114.264	409	0	1.114.673
Tributários PGFN	1.163.536.573	38.238.534	0	1.201.775.106
Total	2.341.720.833	50.121.111	0	2.391.841.944

Na conta Restituição associados estão classificados os valores a serem devolvidos aos associados em decorrência da não realização da venda de grãos depositados em regime de armazém geral. Para fins de demonstração contábil, os grãos estão avaliados pela sua cotação de mercado na data de 23/10/2019 de acordo com cada tipo de grão depositado. Em razão de parte das duplicatas de grãos (incluídas na conta restituição associadas) já terem sido pagas a parte dos produtores, adotou-se a data-base de 31/05/2018 para todas as restituições de duplicatas a serem feitas, de forma a tornar o processo equânime a todos os associados. Assim, os saldos dessas duplicatas vêm sendo atualizados à taxa de 1% ao mês desde essa data.

Este critério foi aplicado a duplicatas não pagas referentes a vendas de grãos de safras 2016, 2017 e 2018.

Destaca-se que os valores da conta Restituição - Associados consideram os mesmos critérios de atualização adotados na lista de credores constante do primeiro edital, e estão sujeitos a alterações de valor na fase de verificação extrajudicial de créditos, bem como a eventuais decisões judiciais que possam alterar a forma de atualização.

6.19. Provisões e Passivos Contingentes

Em dezembro de 2021 e 2022, existiam processos judiciais com valores ilíquidos nas áreas cível, trabalhista e tributária. Esses processos foram objeto de avaliação por parte dos assessores Jurídicos da COOPERATIVA no que tange a sua probabilidade de perda. Nesse sentido, foram constituídas provisões para aqueles processos cuja probabilidade de perda foi considerada provável, nos termos das normas contábeis vigentes no Brasil. O quadro abaixo apresenta as provisões reconhecidas no Balanço Patrimonial da COOPERATIVA em 31 de dezembro de 2022:

Conta	Cotrijui	Redecop	Cotriexport	Total
Provisões	142.450.254	0	0	142.450.254
Quirografários - Associados	9.079.982	0	0	9.079.982
Quirografários - Credores Cível	93.077.475	0	0	93.077.475
Quirografários - Credores Trabalhista	22.670.340	0	0	22.670.34

PUBLICIDADE LEGAL

**GAÚCHA TECNOLOGIA
E PARTICIPAÇÕES S/A**

CNPJ 23.979.721/0001-90 | NIRE (RS) 43300063194

**Ata de Reunião do Conselho de Administração
realizada em 13 de Dezembro de 2023**

Junta Comercial, Industrial e Serviços do Rio Grande do Sul. Certifico registro sob o nº 9496393 em 22/12/2023 da Empresa GAÚCHA TECNOLOGIA E PARTICIPACOES S.A, CNPJ 23979721000190 e protocolo 234747811 - 15/12/2023. Autenticação: 2F86A35A3DCF6214F7FEB3A2F773BC75DCD857E. José Tadeu Jacoby - Secretário-Geral.

Jornal do Comércio

O Jornal de economia e negócios do RS

PUBLICIDADE LEGAL TEM DATA CERTA PARA SER PUBLICADA!

O JC possui um portal específico que oferece praticidade e segurança para as publicações legais. Todas as publicações são certificadas digitalmente, respeitando integralmente as regras e normas estabelecidas por lei. Entre em contato para fazer um orçamento e conhecer melhor nosso produto.

✉ agencias@jornaldocomercio.com.br

✉ comercial@jornaldocomercio.com.br

☎ (51) 3213-1333 / 3213-1338

📞 (51) 99649-0062



*Escaneie o QR Code para ter acesso ao portal de publicidade legal do JC